

As Realidades do Jornalismo Cultural no Brasil

Ivana Barreto

Graduada em Comunicação Social (PUC-RJ), Especialista em Literatura (UERJ), Mestre em Literatura Brasileira (UFRJ) e Doutora em Literatura Brasileira (PUC-RJ). É professora do Curso de Comunicação Social (habilitação jornalismo) da Universidade Estácio de Sá, onde foi Coordenadora e ministra as disciplinas Redação Jornalística I, Técnica de Reportagem II e Projetos Experimentais II. Também professora da Universidade Gama Filho.

Resumo

O caminho percorrido pelo jornalismo cultural no Brasil da década de 60 aos dias de hoje, com destaque para o caráter inovador do Caderno B do Jornal do Brasil e contribuição de importantes escritores para este suplemento, como Clarice Lispector, além da ênfase no contexto atual dos suplementos culturais são os objetivos desse artigo.

Jornalismo – Cultura – Caderno B – Clarice Lispector

ABSTRACT

The way covered for the cultural journalism in Brazil of the decade of 60 to the present, with prominence for the innovative character of Caderno B do Jornal do Brasil and contribution of important writers for this supplement, as Clarice Lispector, beyond the emphasis in the current context of the cultural supplements is the objectives of this article.

Journalism – Culture – Caderno B – Clarice Lispector

AS REALIDADES DO JORNALISMO CULTURAL NO BRASIL

Capazes de estabelecer um vínculo afetivo com o leitor, que passa a dialogar com os colunistas, os suplementos e cadernos culturais dos veículos impressos sempre representaram o espaço da ousadia gráfica e da experimentação da linguagem. Embora nas duas últimas décadas tenham se afastado destas características, considerando-se que a cultura está cada vez mais inserida na sociedade do espetáculo, do consumo imediato, da superficialidade das abordagens, os cadernos culturais, na maioria das vezes, estiveram ligados à difusão da cultura consagrada e em processo de consagração.

Os cadernos culturais se transformaram em objeto de desejo da maioria dos jornais brasileiros depois que foi criado o Caderno B, do Jornal do Brasil. E, no contexto da evolução da imprensa brasileira, a década de 50 foi decisiva. Convidado por Odylo Costa Filho para reformular visualmente o jornal, no final dos anos 50, o artista plástico Amílcar de Castro não encontrou tarefa fácil. Entre outros obstáculos, precisava eliminar resistências em diversos setores do JB, dos mais elevados aos mais simples cargos deste veículo de comunicação, ainda apegado às antigas fórmulas de se fazer jornal. Para se ter uma idéia da dificuldade enfrentada por Amílcar, somente dois anos depois, em 2 de junho de 1959, a nova primeira página, muito semelhante à atual, foi para as ruas.

66

O Caderno B, que apresentava textos criativos e uma diagramação arrojada, surgiu destinado a tratar de cultura e para ser, mais do que isso, um produto cultural. Arthur Dapieve, em “Jornalismo Cultural”, um dos textos reunidos no livro *Deu no jornal: o jornalismo impresso na era da internet*, organizado por Álvaro Caldas, lembra que:

Parte do hábito de se embaralhar jornalismo de arte com arte do jornalismo vem, por conseguinte, dessa concepção de suplemento, suplemento anteriormente relacionado como “feminino” ou de “variedades”. O velho B podia se dar a este luxo: contava em seus quadros, por exemplo, com o designer Reinaldo Jardim e com o poeta Ferreira Gullar. Ambos, e outros tantos, eram representantes de um tempo pré-regulamentação da profissão de jornalista (ocorrida pelo decreto-lei no 972, de 17 de outubro de 1969, na qual escrever bem literariamente se confundia com escrever bem jornalisticamente. Graças a essa confusão, é bom ressaltar, os jornais brasileiros foram enriquecidos por, entre tantos outros, Graciliano Ramos e Nelson Rodrigues. Quase todo escritor nativo de antes dos anos 1970 pisou numa redação. A língua agradece. (Dapieve, 2002: 95)

Diante do exposto, podemos entender como que vários dos melhores cronistas e escritores da época contribuíram para o suplemento de cultura e, sem dúvida, o “escrever bem literariamente” era o que prevalecia nos textos produzidos para o Caderno B. No caso de Clarice Lispector, para citar um exemplo de uma grande autora desta fase, e que também escrevia para este suplemento, foi justamente dois anos antes da regulamentação da profissão de jornalista que ela

começou a publicar semanalmente a coluna mantida no JB durante sete anos. No seu caso, não apenas a língua agradeceu, mas seu público, que foi se tornando fiel à sua escrita confessional. O conjunto dos textos publicados de 1967 a 1973 poderiam mesmo ser caracterizados como um diário que a autora abria, uma vez por semana, para o seu leitor. Como colunista que era, tinha o máximo de liberdade dentro do jornal – como têm (ou já tiveram, ou deveriam ter) todos aqueles que desempenham esta função na mídia. Liberdade, convém dizer, tanto em termos de forma como de conteúdo.

Cumpre, talvez, uma diferenciação. Embora colunista, Clarice se afastava da figura clássica do cronista, que tem em Rubem Braga um de seus grandes representantes, alguém que trafegava entre o jornalismo e a literatura:

Um indivíduo ao qual é permitido o leva-e-traz entre a literatura e o jornalismo. Nesse trajeto, se se mantiver dentro dos limites éticos, ele pode expor opiniões diferentes e até antagônicas às do veículo para o qual escreve. Nesse caso, ele se transforma num monumento vivo à liberdade de expressão. E, assim, até numa poderosa peça de marketing: poucas coisas conferem mais prestígio à imprensa democrática do que manter um elenco variado e respeitado de colunistas, gente que assume a primeira pessoa do singular para poder falar mais de perto ao leitor. (Dapieve, 2002: 100)

Contudo, embora afastada da figura clássica do cronista, Clarice Lispector, a partir do uso da primeira pessoa em sua coluna, falou tão mais de perto ao leitor que ambos se tornaram confidentes.

No rastro do *Jornal do Brasil* com o Caderno B, quase todos os principais jornais criaram ou recriaram seus suplementos. São exemplos: Caderno H (*Zero Hora*); Dia D (de *O Dia*); Tribuna Bis (da *Tribuna da Imprensa*); Caderno 2 (de *O Estado de São Paulo*). Com isso, os cadernos culturais alcançaram uma peculiaridade. Nem na América do Norte nem na Europa existem suplementos diários de cultura com reportagens, resenhas críticas, colunas assinadas e o serviço (tijolinhos-notas com o roteiro de cinemas, teatros, casas de shows, endereços, horários). Fora do Brasil, o jornalismo cultural se resume a um caderno semanal nos grandes diários ou a revistas especializadas, independentes.

Nas décadas de 60 e 70, o jornalismo cultural atendia às expectativas de leitores exigentes, em diálogo constante com os colunistas, em um momento marcado pela repressão e pela censura. Em 1967, tendo como editor-chefe Alberto Dines, o Caderno B publicava em suas oito páginas matérias que quase sempre traziam o aprofundamento dos temas abordados. Neste mesmo ano, em 19 de agosto, na página 2, Clarice começava a publicar seus textos no jornal. Foram os primeiros: “As crianças chatas”; “A surpresa”; “Brincar de pensar”; “Cosmonauta na terra”.

Aqui, vale a pena destacar algumas datas, manchetes e chamadas que caracterizam, no *Jornal do Brasil*, o contexto sócio-político-econômico da época. Em 7 de outubro de 1967, a primeira página do JB, que trazia a manchete “Frente ampla se acautela ante reação do governo”, reproduz o cenário político

do final dos anos 60: anos de ditadura, embate entre os então partidos Arena e MDB. Já o Caderno B publicava, em sua primeira página, ampla matéria sobre os áureos tempos do rádio, destacando a perda de prestígio deste veículo com a dominância da era visual. Em coluna vertical, localizada no canto esquerdo da página, Clarice publicava três textos: “Medo do desconhecido”; “Dos palavrões no teatro” e “Chacrinha”.

No primeiro, observa-se um possível aproveitamento de trechos de romance da autora, quando ela aborda o tema da felicidade e expõe, ora em 3ª pessoa, ora em 1ª, sua angústia e perplexidade diante do sentimento. Já em “Dos palavrões no teatro”, o texto trata de duas peças de teatro e do uso do palavrão: “A volta ao lar” e “Dois perdidos numa noite suja”. Finalmente em Chacrinha, já visto neste estudo, está o mais jornalístico dos três textos. Nele, a autora faz comentários sobre o apresentador e seu programa de auditório, ressaltando a desagradável surpresa que teve ao assistir: sádico, deprimente e doido foram algumas palavras utilizadas pela autora. Este texto assemelha-se a uma crítica a respeito de um conteúdo, seja ele da mídia impressa ou eletrônica, muito comum nos cadernos culturais.

Ainda considerando o Caderno B desta data, na página 3, além da coluna destinada à crônica de José Carlos Oliveira, Léa Maria, Marina Colasanti e Carlos Leonam assinam espaço destinado à publicação de notas sobre assuntos variados. Um deles chama a atenção dos leitores para exposição de gravuras, na Galeria Bonino, de Maria Bonomi. Finalmente, nas páginas 4 e 5, destaca-se a matéria “A palavra baixa no teatro alto”, tratando do palavrão e da censura nos anos 60, e a sessão “Cotações do JB” apresenta matéria sobre o filme “A guerra acabou” (La Guerre est finie), de Alain Resnais e Jorge Semprun. Em ambas, verifica-se o debate sobre os temas abordados, sem esquecer que a primeira revela a preocupação do jornal com a censura imposta às artes, especificamente ao teatro nos anos da ditadura militar.

Vendido a trinta centavos, o JB, no final dos anos 60, apresentava quase sempre na primeira página manchetes sobre a repressão no Brasil e na América Latina. Com uma diagramação que refletia sua preocupação inovadora, o jornal marcou época, especialmente com as matérias culturais, produzidas por escritores, intelectuais e jornalistas prestigiados, como Carlos Drummond de Andrade, Alberto Shatovsky, Alex Viany, Maurício Gomes Leite, Sérgio Augusto, José Carlos Avelar, Ely Azeredo, Eduardo Portella. Sem deixar de mencionar as ilustrações de Lan, Henfil e as colunas de Zózimo e Juarez Machado.

Em 14 de outubro de 1967, a primeira página do jornal publicava a manchete “Roberto Guevara deixa Bolívia sem ver o irmão”. Dividindo a página 2 com matéria de Luiz Carlos Maciel, “A volta de Oswald de Andrade”, sobre a estréia da peça “O rei da vela”, encenada no Teatro Oficina, Clarice trazia aos leitores o texto “Dies Irae”.

Em 7 de novembro de 1970, a primeira página do JB estampou a seguinte manchete: “Médici considera os tóxicos ameaça à segurança nacional”. Apenas para situar em relação aos fatos políticos da época, o

contexto era da mais grave repressão. Assinale-se que João Saldanha foi forçado a deixar o cargo de técnico da seleção brasileira, depois de prepará-la para a Copa de 70, por ser comunista assumido.

No ano de 1973 tornavam-se mais visíveis algumas transformações no formato do jornal, que passou a apresentar maior número de anúncios no primeiro caderno. O mesmo aconteceu no 2º caderno, como na página 2, tendo Clarice dividido sua coluna com alguns anúncios, além da coluna de Zózimo.

Os textos de vários dos escritores que colaboravam para o JB, quando divulgados na mídia impressa, experimentaram o que podemos denominar “arejamento”. Esta leveza é decorrente das próprias características do jornal que, pelo seu formato e pela disposição dos conteúdos (matérias, artigos, colunas), permitem uma maior familiaridade com o público leitor. Pode-se entender que o texto da literatura no livro é mais elitista, enquanto as crônicas ou os textos “viajam sozinhos” e chegam mais “distraidamente” ao leitor. É notável a importância que os periódicos tiveram na aquisição do conhecimento e, conseqüentemente, na aproximação com o público.

Peter Burke, em *Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot*, analisa o caminho percorrido pelo conhecimento humano desde a invenção da prensa tipográfica (1450) até a publicação da “Enciclopédia” francesa, de 1750 em diante, adotando uma abordagem sócio-cultural. A partir de textos escritos entre os séculos XVI e XVIII, o autor estudou as transformações pelas quais passou a organização do saber na Europa no início da era moderna. Ao tratar da aquisição do conhecimento por meio da leitura de livros e periódicos, Burke salienta que estes últimos merecem atenção especial porque facilitaram o aprendizado:

Como o filósofo italiano Cesare Beccaria certa vez observou – nas páginas da revista *Il Caffè* – os periódicos difundiam o conhecimento mais amplamente que os livros, da mesma forma que os livros o difundiam mais amplamente que os manuscritos. Alguns leitores se sentiam intimidados pelos livros e preferiam não mantê-los em casa. O periódico, porém, era mais amigável. Apresenta-se como um amigo que só quer soprar uma palavra em seu ouvido. (Burke, 2003: 160).

Burke destaca que a história da leitura mereceu bastante atenção nas duas últimas décadas, quando foram gerados muitos debates, ao contrário da história das maneiras de ouvir e das maneiras de ver, que não foram estudadas profundamente. Entre estes debates, segundo o autor, um merece destaque, o debate sobre o surgimento do que é conhecido como “leitura extensiva”. Trata-se da prática de folhear, passar os olhos, consultar. Burke lembra que existem duas hipóteses: a primeira, de que uma revolução da leitura ocorreu na Alemanha no final do século XVIII, quando houve uma mudança da leitura intensiva para a leitura extensiva. A segunda, descreve uma passagem mais gradual da leitura intensiva e reverente para um tipo de leitura mais extensiva e independente, conseqüência, primeiro, da proliferação e, depois, da dessacralização do livro:

Mas a leitura extensiva não foi uma descoberta nova. Na Roma antiga, o filósofo Sêneca, em sua segunda carta a Ducílio, já aconselhava o discípulo a não folhear os livros, o que comparava a brincar com a comida. Francis Bacon desenvolveu a mesma comparação entre ler e comer em seu ensaio “Dos estudos” ao distinguir três maneiras de usar os livros: “alguns livros são para provar, outros para engolir, e uns poucos para mastigar e digerir”. O conselho de Bacon sugere que era perfeitamente possível que a mesma pessoa praticasse diferentes estilos de leitura, no século XVII, exatamente como muitos de nós fazemos até hoje.” (Burke, 2003:161).

Nesse momento, parece pertinente promover um breve debate entre o discurso literário e o discurso jornalístico. Se por um lado, é inegável a influência de modelos literários na construção de certos discursos jornalísticos, não é menor a presença do jornalismo (seus temas, técnicas, procedimentos) na criação de textos literários, em especial no século XX. Além disso, não podemos esquecer que as figuras do escritor e do jornalista (sobretudo de opinião) às vezes podem coincidir na mesma pessoa. Para citar um exemplo, o denominado “articulismo criativo” (elaboração de artigos criativos) e outras formas da segunda metade do século XX, inseridos no cenário dos “novos jornalismo”, representam um inegável território intermediário.

Segundo Manuel Angel Vázquez Medel, em “Discurso literário e discurso jornalístico: convergências e divergências”, um dos textos reunidos no livro *Jornalismo e literatura: a sedução da palavra*, organizado por Gustavo de Castro e Alex Galeno, as relações entre literatura e jornalismo, entre criação literária e exercício jornalístico, têm sido problemáticas desde sempre:

Parece que aquela, sem abandonar a dimensão lúdica e frutiva deve encaminhar-se para o essencial humano, bem que encarnado nas inevitáveis coordenadas espaço-temporais que nos constituem. A atividade informativa, ao contrário, aponta mais para o efêmero, passageiro, circunstancial (e sabemos até que ponto a vertigem informativa devora a estabilidade e permanência dos acontecimentos. Simplificando muito, parece que a literatura se orienta para o importante e a informação jornalística para o urgente. (Medel, 2002: 18).

Contudo, o autor lembra a existência de um jornalismo e de uma falsa retórica da objetividade. Jornalismo que não percebeu que a verdade não existe e resulta da parcialidade e subjetividade daquele que informa. Em muito contribuíram para a quebra dos tabus que envolvem o jornalismo e a literatura as crises ocorridas nos anos 60, que cederam lugar a formas do “novo jornalismo” nos Estados Unidos, em toda América Latina e Europa. Estas crises são um exemplo incontestado de como a quebra de fronteiras gerou a criatividade informativa na esfera jornalística (especialmente em gêneros como o artigo de opinião, a crônica, a reportagem e a entrevista), possibilitando um impulso às formas de escrita literária que adotam a retórica do jornalismo.

Aqui, é oportuno lembrar que para Carlos Drummond de Andrade, para citar um dos maiores nomes da literatura brasileira de todos os tempos, algumas páginas de jornais estavam entre as mais bem escritas de toda a língua. Todavia, dos anos 60/70 até hoje, a situação mudou consideravelmente. Se antes os autores encaravam a oportunidade de escrever para a imprensa como uma forma de praticar uma literatura mais veloz, agora a realidade é outra. Se antes o jornalismo era um teste de fogo para os escritores (Gonçalves Dias, Machado de Assis, entre outros, passaram por redação), hoje a atividade dos jornalistas não está diretamente ligada ao sonho de ser ficcionista. E qual seria, então, a razão do pouco teor literário nos jornais atualmente? Recorremos a Daniel Piza, em “Jornalismo e literatura: dois gêneros separados pela mesma língua”, texto também reunido em *Jornalismo e Literatura - a sedução da palavra*:

Aqui entramos na questão das mudanças do próprio jornalismo. Alguém poderia atribuir a ausência de teor literário nos jornais de hoje ao processo de modernização da linguagem jornalística promovido no Brasil desde os anos 60. O jornalismo nacional até então era retórico, verborrágico, personalista, apesar de trabalhos de síntese e clareza como os de Rubem Braga e Joel Silveira. Mas, inspirados na escola americana, os reformadores dos jornais nos anos 60 começaram a exigir uma abordagem mais objetiva, menos participante, concentrada em contar histórias sem editorializá-las. Até aí, ótimo. Mas nos anos 80 veio uma nova onda de “modernização”, que nos anos 90 consolidaria uma triste realidade: textos relatoriais, burocráticos, com pobreza de palavras e recursos, tanto mais tendenciosos quanto mais se pretendem “neutros”. (Piza, 2002: 134-135)

Piza lembra que o problema não está na exigência da objetividade e homogeneidade dos textos, mas na escrita rudimentar e reducionista:

Sim, o público que se informa pela TV e por agências de notícias – pílulas informativas, quanto menores melhor – pode ser ainda mais afastado por literatice, mas há que enriquecer os tratamentos dados pelos jornais, da notícia mais rápida e enxuta – nem por isso mal pensada e mal escrita – os textos mais longos, analíticos ou descritivos, normalmente reservados para o fim de semana. (Piza, 2002: 135)

Quanto à crônica, ainda sobrevive, porém é raro observarmos um colunista descrevendo o seu dia-a-dia, dividindo fatos de sua rotina com o leitor, como fazia Rubem Braga. Por fim, todo o quadro exposto, de empobrecimento do jornalismo cultural no Brasil, é agravado pelo reduzido número de revistas, tablóides voltados à cultura (sem esquecer do espaço menor destinado a ela nos grandes jornais). Na virada dos anos 50 para 60, a revista *Senhor*, apenas para citar um exemplo, publicou contos que fizeram história, de autores como a própria Clarice Lispector, Guimarães Rosa e Jorge Amado.

E quanto à realidade do jornalismo cultural, hoje, convém alertar para

alguns perigos. Primeiramente, como a arte, na maioria das vezes, é encarada como mercadoria, os jornais simplesmente divulgam a informação, dando maior atenção a circuitos mais restritos, deixando, com isso, de ampliar a visão cultural do público brasileiro para outras formas de cultura. Em segundo lugar, o jornalista corre o risco de ser cooptado pelo marketing da indústria cultural, vale dizer, das grandes editoras, gravadoras e TVs. Por isso, precisa ficar atento à pressão a que é submetido, que envolve um sem-número de CDs, livros e *releases*. Por último, o perigo de ceder a um certo “populismo cultural”, no sentido de reproduzir o discurso já pronto que insiste em afirmar, genericamente, abrindo pouquíssimas exceções, que a produção cultural brasileira é melhor que “os lixos produzidos lá fora”. Assim, devemos, quanto a esse aspecto, eliminar o pensamento reducionista de que tudo o que é nacional é melhor que o norte-americano”.

A discussão mais importante, porém, deve ser a de pensar em mecanismos que façam com que a cultura chegue a todas as camadas da população e como lidar com a relação Estado versus Imprensa nesse trabalho da difusão das políticas públicas a partir das diferentes mídias. Outro aspecto a ser considerado refere-se ao fato de que há um respeitável número de leitores interessados em jornalismo cultural de qualidade e, justamente por isso, os suplementos culturais estão entre as páginas mais lidas dos jornais. Sem esquecer que sempre haverá espaço para quem, com persistência, se dispuser a produzir bons conteúdos. É verdade que as grandes publicações e autores de outros tempos têm hoje poucos equivalentes, mas também é fato que existem muitos, na área, com forte desejo de enveredar pelo jornalismo cultural. Porém, como ressalta Daniel Piza, os cadernos de cultura ainda são tratados pela grande imprensa como área do jornalismo que desempenha papel quase decorativo, quando, na verdade, sua importância é muito maior do que se imagina. Importância que vai desde a riqueza de temas até a sofisticação dos textos que podem (e devem) chegar aos leitores.

Referências Bibliográficas

- CALDAS, Álvaro (Org.). **Deu no jornal: o jornalismo impresso na era da internet**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.
- CHARTIER, Roger. **A aventura do livro - do leitor ao navegador**. Trad. Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 1999.
- LISPECTOR, Clarice. **A descoberta do mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- MARTINS, Wilson. “Folhetins: Machado e José de Alencar, observadores críticos e realistas”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 set. 2003. Prosa e Verso, p.4.
- MEDEL, Manuel Ángel. **Discurso literário e discurso jornalístico: convergências e divergências**. In: *Jornalismo e literatura: a sedução da*

palavra. Org. Gustavo de Castro e Alex Galeno. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

OLINTO, Krieger Heidrun. “Literatura, cultura e ficções reais”. In: **Literatura e cultura**. Org. Heidrun Krieger Olinto e Kart Eric Schollhammer. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Sao Paulo: Loyola, 2003.